

**PORTARIA CRESS-TO Nº. 35/2024 de 19 de dezembro de 2024.**

*Determina realização de planejamento das ações de fiscalização do exercício profissional pelo Regional no Estado do Tocantins no ano de 2025 e adota outras medidas.*

**A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 25ª Região**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de aperfeiçoar o cumprimento de exigências formais quanto a regularização dos procedimentos e rotinas preparatórias para as ações de que exijam a atuação do órgão de fiscalização do Regional;

**CONSIDERANDO** a necessidade de proceder ações fiscalizatórias junto às entidades públicas e o volume de usuários dos respectivos serviços;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se proceder a organização do planejamento de viagens de fiscalização no Estado e o consequente mapeamento das unidades a serem fiscalizadas;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Conselho Pleno do Regional realizada aos 08/11/2024;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica determinado às agentes de fiscalização do Regional, por meio da presente, a realização de planejamento das ações de fiscalização do exercício profissional no Estado do Tocantins para o exercício de 2025.

**Parágrafo Primeiro** – No planejamento anual das ações de fiscalização às instituições deverá ser prevista a realização de duas visitas mensais e alternadas, sendo uma nas instituições sediadas na Capital e outra para as instituições sediadas no interior.

**Parágrafo Segundo** – No planejamento deverá prever ainda que cada agente fiscal realizará visitas em 16 (dezesesseis) instituições na cidade de Palmas

**Parágrafo Terceiro** - Considerando orientação do CFESS, as visitas nas escolas deverão ser priorizadas no planejamento de 2025.

**Art. 2º** - Todas as visitas do planejamento serão executadas e inseridas na plataforma Fiscalização.Net por meio do uso exclusivo do Tablet concedido ao departamento.

**Parágrafo Primeiro** – Os processos instaurados em decorrência da respectiva visita de ação fiscalizatória deverão ser encaminhados pela Plataforma à Coordenação de Orientação e Fiscalização – COFI em até 30 (trinta dias) dias da respectiva visita para a devida deliberação.

**Parágrafo Segundo** – Nas cidades onde não tiver sinal de internet, as ações e registros da fiscalização serão registrados no modo Offline, conforme orientação do CFESS, e posteriormente, sincronizadas na plataforma.

**Parágrafo Terceiro** – Ficam abolidas o registro e abertura de processos e registro de visitas de fiscalização em papel físico, excetuadas as situações excepcionais e devidamente autorizadas pela Presidência da COFI.

**Art. 3º** – Os materiais, utensílios, aparelhos de celular, tablet, computadores pessoais e demais aparatos necessários ou que vierem a ser empregados durante ação fiscalizatória a ser executada deverão ser retirados pela agente fiscal junto ao CRESS, nos horários de funcionamento, com antecedência de até 1(um) dia útil antes da rotina a ser desempenhada.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**TACIANE DE OLIVEIRA**  
Conselheira Presidente